

**Os currículos de História e Estudos Sociais nos anos 70: entre a formação dos
professores e a atuação na escola**

Elaine Lourenço¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é relacionar os conteúdos mínimos exigidos pela legislação para a formação dos professores, com diferentes currículos praticados pela Universidade de São Paulo (USP), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e pelas Faculdades Integradas Nove de Julho, na década de 1970. Além disso, pretende-se investigar as aproximações entre estes currículos e as exigências da legislação para o ensino das disciplinas no estado de São Paulo.

Palavras-chave: Guias Curriculares do estado de São Paulo; formação de professores em História; formação de professores em Estudos Sociais.

Abstract

The objective of this work is to relate the minimum contents demanded by the legislation for the teachers' formation, with different curricula practiced by the Universidade de São Paulo (USP), for the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP) and for Faculdades Integradas Nove de Julho at 1970s. Besides, it intends to investigate the approaches between these curricula and the demands of the legislation for the teaching of the disciplines in the state of São Paulo.

Key words: Guides Curriculares of the state of São Paulo; teachers' formation in History; teachers' formation in Social Studies

As discussões mais recentes no campo do currículo o examinam não só pelo seu aspecto oficial, pela ordenação de suas disciplinas de uma maneira lógica e racional, mas buscam compreender sua efetivação na prática cotidiana, seja nos aspectos referentes aos docentes, seja nos relacionados aos discentes. Este texto, no entanto, fará uma discussão apenas do currículo oficial, aquele que deriva dos chamados “currículos mínimos” da legislação vigente à época. Parte-se do pressuposto que o currículo oficial e o currículo oculto são aspectos complementares e podem, portanto, ser estudados em separado. Além disso, tem-se presente a observação de Antonio Flavio Barbosa Moreira e Tomaz Tadeu da Silva, que consideram que o currículo oculto não pode encobrir ou justificar o oficial:

¹ Mestre em Geografia Humana (USP), doutoranda em História Social (USP). Docente no curso de História do Centro Universitário Nove de Julho (Uninove), em São Paulo.

Esse conceito [de “currículo oculto”], criado para se referir àqueles aspectos da experiência educacional não explicitados no currículo oficial formal, tem sido central na teorização curricular crítica.(...). Entretanto, ao atribuir a força e o centro desse processo àquelas experiências e àqueles ‘objetivos’ não-explicitos, o conceito também contribuiu para, de certa forma, ‘absolver’ o currículo oficial e formal de sua responsabilidade na formação de sujeitos sociais (MOREIRA & SILVA, 2005: 31).

No fim dos anos 60 e começo dos 70 há grandes mudanças na legislação educacional no Brasil, no que se refere aos currículos propostos para as escolas de 1º e 2º graus e para o ensino superior. No campo da História, cria-se a disciplina de Estudos Sociais para o 1º grau, lecionada por professores polivalentes na 1ª a 4ª séries e por profissional oriundo da História ou dos cursos de Estudos Sociais entre a 5ª e a 8ª séries. A possibilidade de a História continuar como disciplina autônoma, conforme previa a legislação estadual em São Paulo (Lei 10.038/68), foi suprimida pela legislação federal em 1971, “com a Reforma do Ensino feita pela ditadura militar, que efetivou os Estudos Sociais para o currículo nacional da escola de 1º grau (8 anos) e incentivou a criação do curso superior de Estudos Sociais, responsável pela formação de professores para atuarem nessa nova disciplina.” (MARTINS, 2002: 105).

A criação dos cursos de Estudos Sociais nas faculdades privadas na cidade de São Paulo não significou o fim dos cursos de História nas universidades e seus egressos concorreram às mesmas vagas oferecidas entre a 5ª e a 8ª séries. No entanto, em 1976, com a tentativa oficial de se restringir o ensino destas séries somente para os oriundos das licenciaturas curtas em Estudos Sociais, se passa a ver uma mobilização efetiva dos profissionais de História na defesa do seu mercado de trabalho.

Os currículos que serão examinados são formulados em 1971 e têm como ponto unificador o fato de que se destinam a formar o professor de História e de Estudos Sociais de 5ª a 8ª séries.

Os currículos institucionais

O primeiro currículo a ser analisado é do curso de História da Universidade de São Paulo. A análise partirá da apresentação que o professor Eduardo D’Oliveira França fez em 1971 na *Revista de História*. A primeira observação é que este é fruto das novas exigências oficiais, acrescidas das disciplinas de História da Ásia e África (incorporada em História

Contemporânea), Historiografia (em Teoria da História), História Ibérica, Medieval (junto à História Medieval), e de mais uma Disciplina Optativa. Em relação às possibilidades de inovação, o autor afirma:

3. Ao ensejo da Reforma não foi possível fazer-se uma real modernização do currículo, propondo-se nova nomenclatura e nova orientação, em razão do caráter tradicional do currículo mínimo federal e das linhas também tradicionais das especializações dos docentes, em função da nomenclatura das antigas cadeiras. Esta nomenclatura é definida pelo critério cronológico ou geográfico, e assim foi mantida.

4. Não se trata portanto de propor uma reforma da estrutura curricular existente, mas apenas de um ajustamento do currículo aos imperativos da Reforma e da legislação federal (FRANÇA, 1971: 535).

A primeira coisa que chama a atenção é que o autor justifica que as limitações do currículo oficial impedem as inovações. No entanto, na mesma sentença, ele destaca que a especialização dos docentes obedece a essa mesma lógica. Ou seja, aqui se revelam os verdadeiros limites, não na legislação, mas na própria realidade do Departamento, que faria com que a introdução de inovações gerasse grande conflito junto aos docentes, que veriam sua própria especialização ser questionada. Neste ponto é possível pensar em uma tradição que se consolida e acaba por se tornar natural, conforme afirma Goodson:

[...] a elaboração do currículo pode ser considerada um processo pelo qual se inventa tradição. Com efeito, esta linguagem é com frequência empregada quando as ‘disciplinas tradicionais’ ou ‘matérias tradicionais’ são justapostas contra alguma inovação recente sobre temas integrados ou centralizados na criança. A questão, no entanto, é que o currículo escrito, sob qualquer forma – cursos de estudo, manuais, roteiros ou resumos – é um exemplo perfeito sobre invenção de tradição. Mas, como acontece com toda tradição, não é algo pronto de uma vez por todas; é antes, algo a ser defendido, onde, com o tempo, as mistificações tendem a se construir e reconstruir sempre de novo. Obviamente, se os especialistas em currículo ignoram completamente a história e a construção social do currículo, mais fáceis se tornam esta mistificação e reprodução de currículo ‘tradicional’, tanto na forma como no conteúdo (GOODSON, 2005: 78).²

² No texto citado, Goodson está dialogando com o conceito de “tradição”, especialmente no que se refere a “tradição inventada”, conforme estabelecido por Eric Hobsbawm em *A invenção das tradições* (HOBSBAWM, 1987).

O currículo da USP, que parecia ser inevitável para o professor França, na realidade refletia as condições de sua própria construção nos marcos “cronológicos e geográficos” e assim se consolidara como tradicional, fazendo com que a especialização dos docentes seguisse este paradigma.

A grande inovação apresentada pelo currículo é a dos Seminários, que, embora já constassem do currículo anterior, foram aumentados “com vistas a uma dinamização do ensino pela maior participação dos estudantes no processo” (FRANÇA, 1971: 536). Segundo França, os Seminários constituíam uma grande inovação porque permitiam estudos mais individualizados, já que deveriam ser organizados em grupos pequenos. Isto favorecia a aproximação dos docentes aos discentes e destes ao conteúdo estudado, e rompia com as tradicionais aulas expositivas.

Na página 542, o autor apresenta a seguinte tabela:

DISCIPLINAS	AULAS TEÓRICAS	SEMINÁRIOS
1. História Antiga	120	120
2. História Medieval	120	120
3. História Moderna	90	60
4. História do Brasil (A)	120	60
5. História da América (A)	90	60
6. História Ibérica	60	60
7. História Contemporânea	120	60
8. História do Brasil (B)	120	120
9. História da América (B)	90	60
10. Metodologia	60	120
11. Teoria da História	90	60
12. Geografia	60	-
13. Optativa I	60	-
14. Optativa II	60	-
15. Optativa III	60	-
TOTAIS	1320	900
LICENCIATURA		
TOTAL		2700

A divisão das disciplinas é a tradicional. No entanto, um exame da carga horária de cada uma revela um pouco da importância e do prestígio de determinadas áreas em detrimento de outras. Pode-se tomar como exemplo as disciplinas de Antiga e Medieval, com 240 horas cada uma, em comparação com Moderna e Contemporânea, com 150 e 180 horas,

respectivamente. Uma possível razão para isto poderia ser o fato de que o professor Eurípedes Simões de Paula, docente de Antiga e Medieval, tinha grande prestígio no departamento. No campo das tradições, temos a disciplina de Geografia, o que parece indicar uma reminiscência da fundação do curso, quando o mesmo se dedicava conjuntamente à História e à Geografia.³ O currículo de História da PUC/SP de 1971 nasce da unificação dos cursos da Faculdade São Bento e do *Sedes Sapientiae*. A análise tomará como guia a exposição da professora Helenice Ciampi, em seu livro *A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*. Em meio a uma grande riqueza documental, a autora traz o currículo proposto para 1971 (CIAMPI, 2000: 468-9):

I PERÍODO	H/A
Antropologia e Realidade Brasileira I	60
Metodologia Científica I	60
Psicologia I	60
Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo I	60
Introdução aos Estudos Históricos I	45
Sociologia I	45
Subtotal	330
II PERÍODO	
Antropologia e Realidade Brasileira II	60
Metodologia Científica II	60
Psicologia II	60
Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo II	60
Introdução aos Estudos Históricos II	45
Sociologia II	45
Subtotal	330
III PERÍODO	
História Antiga	105
História Medieval	105
Geografia I	60
Economia I	60
Subtotal	330
IV PERÍODO	
História do Brasil Colonial I	75
História da América Colonial I	60
História Moderna I	75

³ O curso, fundado em 1934, oferecia História e Geografia conjuntamente. Somente em 1955/56 foram desmembradas as cátedras específicas de cada um e os cursos passaram a ser oferecidos em separado.

História Ibérica	60
Economia II	60
Subtotal	330
V PERÍODO	
História do Brasil Colonial II	75
História Moderna II	75
História da América Colonial II	60
Teoria da História I	60
Sociologia III	60
Subtotal	330
VI PERÍODO	
História do Brasil Independente I	75
História da América Independente I	60
História Contemporânea I	75
Política I	60
Sociologia I	60
Subtotal	330
VII PERÍODO	
História do Brasil Independente II	75
História da América Independente II	60
História Contemporânea II	75
Política II	60
Geografia II	30
Estudo dos Problemas Brasileiros	30
Subtotal	330
VIII PERÍODO	
Teoria da História II	60
História do Brasil República	75
História Contemporânea III	75
Pesquisa Histórica I	90
Pesquisa Histórica II	75
Pesquisa Histórica III	60
Subtotal	435
TOTAL GERAL	2745

A primeira observação refere-se à disciplina de *Antropologia e Realidade Brasileira*, que, diferentemente de *Estudos dos Problemas Brasileiros*, uma imposição da legislação, ligava-se aos próprios projetos da universidade de ser um instrumento de reflexão

e ação na sociedade. A História do Brasil é o eixo central do curso, seja nas discussões específicas da disciplina, seja nas discussões que envolvem o momento.

O primeiro ano é quase todo dedicado a disciplinas complementares à História, constituintes do ciclo básico, implantado para todos os cursos da universidade e que pretendia formar uma sólida base humanista em seus discentes. A única disciplina específica é justamente a de *Introdução aos Estudos Históricos*, o que revela uma preocupação em discutir conceitos característicos da área desde o início.

As disciplinas de Antiga e Medieval têm neste currículo um peso muito menor que no anterior, com 105 horas/aula cada uma, em comparação às 240 h/a da USP. Neste departamento, a opção foi privilegiar Moderna e Contemporânea, com 150 horas/aula cada. As disciplinas complementares ocupam lugar de destaque no currículo, percorrendo-o em todas as séries, com um realce para as das Ciências Sociais.

Há que se ressaltar que os dois currículos analisados referem-se à formação em História e estão adequados à legislação oficial, que prevê como habilitação o magistério para o 2º grau. Para tal, a formação precisaria ser complementada com as disciplinas do curso de licenciatura, que, em ambos os casos, são oferecidas à parte do curso, tanto do ponto de vista do tempo, já que elas não estão previstas na grade curricular, quanto do ponto de vista físico, uma vez que oferecidas pela Faculdade de Educação. Assim, embora a modalidade prevista seja a licenciatura, não há preocupação alguma em integrar estes momentos do curso. Se do ponto de vista legal isto é factível, uma vez que a própria formação é denominada “3+1”, o modelo não chega a ser contestado pelas instituições analisadas. Não há sequer disciplinas voltadas à discussão da própria História da Educação, entendendo-se esta como uma importante contribuição para a formação de professores, afinal, a meu ver, a possibilidade de inserir sua experiência docente como histórica leva o professor a refletir sobre sua prática.

Os dois currículos atribuem um peso importante às disciplinas teóricas, sendo que no da USP há inclusive a menção ao aumento da carga horária. Desta forma, ambos se pautam pela idéia de que a formação na área de História não se dá somente nas disciplinas aplicadas, mas também naquelas que discutem e questionam a própria natureza do conhecimento histórico.

O último currículo a ser analisado é o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Nove de Julho”, a mais nova das instituições, estabelecida no ano de 1971. Suas primeiras turmas ingressaram em 1972, entre elas a de Estudos Sociais. A faculdade foi criada com a expansão do ensino superior privado que se deu no período, e situava-se na Vila Maria, tradicional bairro de classe média de São Paulo. Sua história é semelhante à de outras

instituições do período: a família Storópoli dedicava-se ao ensino desde os anos 50 e já formara escola de datilografia, de curso preparatório ao exame de admissão, de ensino infantil, de primeiro e de segundo graus. A faculdade era um desdobramento desta trajetória. Os cursos iniciais se situam no campo da educação, voltados à licenciatura: Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Matemática.

O currículo de Estudos Sociais é distribuído em quatro semestres e se constitui das seguintes disciplinas:

Disciplinas	Carga horária (h/a)
1º Semestre	
Língua Portuguesa I	75
Estudo de Problemas Brasileiros I	30
História Antiga	45
Geografia Física (Geral)	45
Filosofia (Geral) I	45
Fundamentos de Ciências Sociais I	30
Elementos de Estatística	30
Educação Física	30
2º Semestre	
Língua Portuguesa II	75
Estudo dos Problemas Brasileiros II	30
História Medieval	45
Geografia Humana (Geral)	45
Filosofia (Geral) II	45
Fundamentos de Ciências Sociais II	30
Educação Física II	30
3º Semestre	
Psicologia da Educação I	45
Filosofia III	45
História Moderna	60
História do Brasil I	75
Geografia do Brasil I (Física)	45
Teoria Geral do Estado	60
Educação Física III	30
4º Semestre	
Psicologia da Educação II	45
História Contemporânea	60
História do Brasil II	75

Geografia do Brasil II (Humana)	45
Org. Social e Política do Brasil	60
Didática	30
Estrut. E Func. do Ens. De 1º Grau	30
Prat. do Ensino (Estágio Superv.)	60
Educação Física IV	30

O currículo acima descrito mostra uma adequação do curso à legislação em vigor⁴. Em relação a esta, não há inovações e, possivelmente, isto se deve ao fato de que este é um currículo que inaugura o curso, que assume a legislação como uma forma segura de se fazer reconhecido oficialmente.

Há diferenças bastante significativas em relação aos currículos anteriores. A primeira é a quantidade de horas (1425 h) em que se forma o professor: metade do tempo dos outros dois (2700h USP e 2745h PUC/SP). Outra constatação é que a formação envolve não só a História, como também a Geografia e noções de Ciências Sociais. No primeiro momento, quando ela se dá para a disciplina escolar de Estudos Sociais, isto não tem grandes implicações, visto que a característica da mesma é esta fusão de áreas. No entanto, com o desmembramento de História e Geografia como campos autônomos, em meados dos anos 70, os egressos atuaram como professores de uma ou de outra área nos cursos de 1º grau.

Outra característica é que o curso de Estudos Sociais contempla as disciplinas da licenciatura ao longo do curso, ou seja, rompe com a perspectiva do “3 + 1”, em que a formação do licenciado só se dá depois da formação do bacharel. O próprio fato de a instituição ser muito nova poderia favorecer uma maior integração entre os professores das disciplinas pedagógicas e das específicas. Assim, os cursos de licenciatura curta parecem favorecer mais a formação do professor do ponto de vista da análise do currículo, que se dá de forma integrada, tendo como contrapartida o pequeno número de horas das disciplinas específicas. Em relação a estas últimas, cabe ressaltar que não há nenhuma disciplina teórica que as embase, o que as limita muito em termos de discussão do saber acumulado em cada área do conhecimento.

Pode-se admitir como uma hipótese bem plausível que este currículo das Faculdades Nove de Julho, bastante semelhante aos mínimos estabelecidos pela legislação, fosse o modelo igualmente adotado pelas instituições privadas que formaram os docentes para as escolas nas áreas de História e de Estudos Sociais de 5ª a 8ª séries.

⁴ O currículo mínimo de Estudos Sociais, licenciatura curta, foi estabelecido pelo parecer 106/66 e era composto das seguintes disciplinas: História: Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, do Brasil (incluindo Organização Política e Social do Brasil); Geografia: elementos da Geografia Física, Geografia Humana e Geografia do Brasil e Fundamentos das Ciências Sociais.

Os guias curriculares do Estado de São Paulo

No início dos anos 70, com a reforma do ensino proposta pela Lei 5692/71, a Secretaria da Educação mobilizou-se para sua implantação. Do ponto de vista do currículo, foi elaborado o documento “Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino do 1º grau”, sob responsabilidade do Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho (CERHUPE), publicado em 1975. De capa verde, ganhou o sugestivo epíteto de “Verdão”, não apenas pela sua cor, mas, possivelmente, pelo caráter oficial de documento representativo do regime militar então vigente.

A equipe técnica responsável é formada por Elza Nadai, apresentada em destaque, e pelas colaboradoras: Suria Abucarma, Joana Neves e Delma Conceição Carchedi. Em 1977, sob o título “Subsídios para a implementação do guia curricular de Estudos Sociais para o 1º grau – 5ª a 8ª séries” foi feita nova publicação, pela recém-criada Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), também vinculada à Secretaria da Educação. Da equipe anterior só consta a professora Elza Nadai, e a coordenadora agora é Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Neste texto, usarei apenas a primeira versão, uma vez que, embora tragam os mesmos temas e subtemas, o encaminhamento de ambos é bastante diferente. Há que se lembrar que, no ano da publicação do “Verdão”, a professora responsável pelo documento, Elza Nadai, defendia seu mestrado no curso de História da USP, orientada pela professora Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Temos aqui um documento oficial, identificado com o regime militar, e que é construído por professores vinculados à Universidade.

Em relação aos temas de Estudos Sociais, a página 68 do documento traz a seguinte tabela:

TEMAS GERAIS

		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Tema I – A criança e a sociedade em que vive		x	x	x	x	x	X	x	x
SUBTEMAS	- A criança e sua comunidade	x	x						
	- O Estado em que a criança vive	*	*	x	x				
Tema II – Fundamentos da cultura brasileira		*	*	*	*	x	X		
SUBTEMAS	- O processo de ocupação do Espaço brasileiro			*	*	x	X		
	- Unidade Nacional: os elos da sua integração			*	*	*	X		
Tema III – A sociedade atual: Análise e processo de formação		*	*	*	*	*	*	x	x
SUBTEMAS	- Configuração de um mundo agrário			*	*	*	*	x	
	- Configuração de um mundo industrial. O equilíbrio mundial			*	*	*	*	*	x

LEGENDA

x – indica conteúdo – objeto direto do estudo, citado explicitamente

* - indica conteúdo implícito no objeto direto do estudo

(SÃO PAULO, 1975: 68)

A observação dos temas relacionados para o estudo de 5^a a 8^a séries mostra que nas duas primeiras parte-se do Brasil e nas duas últimas olha-se para o mundo. Em uma primeira análise é possível reconhecer temas importantes para o regime militar e que se encontram no ideário disseminado no período, como é o caso do subtema “Unidade Nacional: os elos de sua integração”. É preciso dizer, ainda, que cada item é minuciosamente detalhado em “Conteúdo”, “Objetivos” e “Sugestões de Atividades”, que buscam direcionar a atuação do professor em sala de aula, oferecendo-lhe um modelo de interpretação que parte de afirmações a serem repassadas aos alunos. Os próprios verbos utilizados para estabelecer os objetivos demonstram isto: em grande parte dos casos usa-se inferir, reconhecer, discriminar, caracterizar etc. Os verbos analisar, relacionar e comparar aparecem em número muito menor. O direcionamento dos guias, presente nos verbos utilizados para apresentar os objetivos e na forma como estes levam a uma interpretação, busca evitar que diferentes olhares sobre o processo produzam leituras não desejáveis da realidade. Assim, no tema “Fundamentos da Cultura Brasileira”, entre os objetivos gerais podemos destacar:

13. Concluir que, atualmente ainda, o Espaço brasileiro é desigual quanto à ocupação e desenvolvimento.

14. Relacionar os vários trabalhos que os governos federal e estadual estão executando com o intuito de diminuir as disparidades regionais.

(SÃO PAULO, 1975: 86)

Desta forma, a análise do processo de ocupação do espaço brasileiro precisa ter como resultado a sua desigual ocupação e que a correção destas disparidades é objeto de intervenção dos governos. Não se coloca a possibilidade da crítica, afinal, se o governo pretende que suas ações resultem na diminuição das desigualdades regionais, isto não quer dizer que elas o façam. Ao contrário, é próprio da análise histórica a leitura da realidade a partir da comparação de diferentes vozes presentes no período estudado, e não a afirmação de que as intenções dos governos efetivamente acontecem.

Em relação às abordagens, predomina, no caso da Geografia, uma descrição da paisagem e de suas interferências em relação à ocupação humana. Já para a história, parte-se de uma análise

voltada para os ciclos econômicos (nas quintas e sextas séries), que se completa com a estrutura político-administrativa (na sexta). Pela programação, ao menos entre a quinta e a sexta séries, a perspectiva cronológica e linear é rompida, já que na primeira os alunos estudam os temas econômicos e na segunda os eventos políticos.

Os currículos e suas aproximações

Esta breve apresentação dos currículos de formação de professores e dos guias curriculares propostos para a rede pública estadual de São Paulo nos anos 70 mostra que, a despeito da formação inicial do professor, o que se espera de sua atuação é minuciosamente detalhado no “Verdão”.

Os cursos de História e de Estudos Sociais têm perfis bastante diferentes se vistos a partir de seus currículos. No entanto, esta diferença deixa de ser um problema quando verificamos o que se espera da atuação docente: apresentar uma leitura do espaço e da história do Brasil e do mundo de uma maneira unívoca, que não dê margem a divergências e permita ao aluno inserir-se na nova ordem estabelecida com o regime militar.

Assim, o problema da expansão do ensino no período e a solução encontrada com a criação das licenciaturas curtas, que visavam a “formar rapidamente professores”, pode ser olhada do ponto de vista dos currículos. Isto nos mostra que, apesar das formações tão diferenciadas, a atuação dos docentes seria nivelada pelo “Verdão”, que buscava, por meio de uma prescrição minuciosa de temas, conteúdos e objetivos, direcionar o trabalho do docente. Aqui pode-se voltar à afirmação do início deste texto, feita por MOREIRA & SILVA: se o currículo oficial não é o efetivamente praticado, ele traz consigo intencionalidades de quem o elaborou e que devem ser analisadas pelos pesquisadores da área.

Bibliografia

CIAMPI, Helenice. *A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: EDUC, 2000.

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. “O novo currículo do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo para 1971”. *Revista de História*. São Paulo, vol. XLIII, nº 8, out-dez 1971. p. 535.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima estes saberes?* Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho. *Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino de 1º grau*. São Paulo, 1975.